



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ

Retornam os autos de processo administrativo no qual se pretende a **contratação de empresa especializada em manutenção de equipamentos eletroeletrônicos por demanda**, visando atender as demandas por manutenções corretivas e preventivas dos diversos equipamentos eletroeletrônicos do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Conforme Estudo Técnico Preliminar (1390336), a contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA 2024), código DVPM-2024-555 e o valor previsto é de **R\$ 19.154,24 (dezenove mil cento e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)**.

A Secretaria de Compras e Operações elaborou Termo de Referência (1474329) e Mapa de Preços (1503884).

A Secretaria de Finanças juntou a Nota de Dotação 2024ND0001226 (1517061).

A Secretaria de Administração (1471801) destacou que:

"...Conforme determinado em Despacho anterior desta Secretaria de Administração (1372490), o feito foi atualizado para adequação à Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº 64/2023 TJAM. Logo, contam nos autos: DOD - Documento de Oficialização de Demanda DVPM/FHR (SEI nº 1376691) e Estudo Técnico Preliminar DVPM/FHR (SEI nº 1390336) consignando o valor total estimado do objeto na ordem de **R\$ 19.124,24 (dezenove mil cento e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos)**.

Quanto ao alinhamento do objeto ao Plano de Contratações Anual 2024, observa-se que o ETP acostado aos autos, vinculou a contratação pretendida ao Código PCA **DVPM-2024-555**, que por sua vez, possui limite orçamentário para este exercício financeiro no valor de R\$ 19.137,60 (dezenove mil cento e trinta e sete reais e sessenta centavos).

(...)

Haja vista o exposto e considerando o alinhamento do objeto do PCA 2024, encaminhem-se os autos à **Seção de Elaboração de Artefatos de Contratação** para juntada do Termo de Referência e prosseguimento do fluxo processual pertinente à matéria".

Após as adequações solicitadas pela Secretaria de Administração, a SECOP juntou nova minuta do Edital de Pregão Eletrônico (1590921) e seus anexos (1591878).

É o relatório.

1. Da prévia análise técnico-jurídica

Quando a administração tem a pretensão de realizar licitação, contrato, acordo, convênio ou ajustes, o respectivo órgão técnico-jurídico deverá apresentar manifestação prévia, por força do art. 53, parágrafo único, da Lei 14.133/21. Veja:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

No mesmo sentido são as normas constantes do art. 20, caput, e art. 32 da Resolução do TJAM n.º 64/2023. Veja:

Art. 32. Após a elaboração da minuta de edital e anexos, os autos seguirão para a Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência para realização do controle prévio de legalidade da contratação nos termos deste artigo e do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Ao final da fase preparatória, todos os processos de contratação, inclusive aqueles que não seja necessária a elaboração de minuta de edital e contrato, serão submetidos à análise jurídica pela Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência.

No caso em análise, o processo administrativo fora encaminhado a esta Assessoria para os fins das normas em comento.

Logo, passa-se à análise técnico-jurídica.

2. Da modalidade da licitação

No caso de aquisição de bens ou serviços de natureza comum, mostra-se possível a modalidade de licitação denominada pregão eletrônico, na forma do art. 6º, inciso XLI da Lei 14.133/21:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

No mesmo sentido é o Decreto n.º 10.024/2019:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

(...)

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

No caso em análise, a pretendida contratação refere-se à contratação de serviço comum, que possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, adequando-se perfeitamente a hipótese das normas acima.

3. Do critério de julgamento

Conforme o inciso XLI do artigo 6º da Lei n.º 14.133/2021:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

No caso em análise, a minuta do edital estabeleceu o **menor preço global** como critério de julgamento.

4. Do tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte

A Lei Complementar n.º 123/2006 prescreve:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

(...)

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Neste sentido, a Cláusula Décima Segunda da minuta do edital apresentada prevê expressamente o obrigatório tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.

5. Da dotação orçamentária

O valor global estimado para a contratação é de **R\$ 19.154,24 (dezenove mil cento e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)**.

A disponibilidade orçamentária correspondente, sem comprometimento da saúde financeiro-orçamentária deste Tribunal de Justiça, resta demonstrada pela Nota de Dotação 2024ND0001226 (1517061).

6. Da minuta do edital

A minuta do edital de licitação (1590921) objeto deste processo administrativo assim dispõe:

- A cláusula primeira traz o objeto do pregão eletrônico;
- A cláusula segunda dispõe sobre a dotação orçamentária;
- A cláusula terceira prevê as formas de comunicações durante o procedimento licitatório;
- A cláusula quarta prevê as normas sobre impugnação e pedido de esclarecimento;
- A cláusula quinta prevê as normas sobre credenciamento e condições de participação;
- A cláusula sexta prevê as normas sobre a vistoria técnica;
- A cláusula sétima prevê as normas sobre o envio da proposta eletrônica de preços e dos documentos de habilitação;
- A cláusula oitava prevê as normas sobre as declarações a serem feitas pelos licitantes;
- A cláusula nona dispõe sobre o preenchimento das propostas;
- A cláusula décima dispõe sobre a não necessidade de apresentação de amostras;
- A cláusula décima primeira prevê as normas sobre a abertura da sessão pública do pregão, classificação de propostas e formulação de lances;
- A cláusula décima segunda prevê os benefícios concedidos às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas;
- A cláusula décima terceira prevê as fases de julgamento;;
- A cláusula décima quarta prevê as normas sobre negociação a ser realizada por meio do sistema;
- A cláusula décima quinta prevê as normas sobre habilitação;
- A cláusula décima sexta prevê as normas sobre recurso;
- A cláusula décima sétima prevê as normas sobre adjudicação e homologação;
- A cláusula décima oitava dispõe sobre a necessidade de formalização de contrato e garantia contratual;
- A cláusula décima nona dispõe sobre a não realização de registro de preços;
- A cláusula vigésima prevê as normas para emissão de Nota de Empenho;
- A cláusula vigésima primeira prevê as normas sobre prazo e condições de prestação dos serviços;
- A cláusula vigésima segunda prevê as normas a respeito das obrigações do contratante e da contratada;
- A cláusula vigésima terceira prevê as normas a respeito das obrigações sociais, comerciais e fiscais;
- A cláusula vigésima quarta prevê as normas a respeito do pagamento;
- A cláusula vigésima quinta dispõe sobre as formas de extinção contratual;
- A cláusula vigésima sexta prevê as normas a respeito da inexecução;
- A cláusula vigésima sétima prevê as normas a respeito das infrações administrativas e sanções;
- A cláusula vigésima oitava trata das disposições gerais;
- A cláusula vigésima nona indica as partes integrantes do edital;
- A cláusula trigésima prevê as normas a respeito do foro para eventual discussão decorrente do edital.

Da análise da comentada minuta de edital, verifica-se que está em consonância com as normas sobre licitações e contratos, sobretudo aquelas constantes da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006; da Resolução n.º 064/2023 TJ-AM, no que couber; do Decreto do Estado do Amazonas n.º 28.182/2008.

7. Da minuta contratual

Conforme item 4.3.1. do Termo de Referência do Edital (1474329), para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência faz-se necessária a formalização do Contrato Administrativo junto a Divisão de Convênios e Contratos deste Poder. Tal exigência fora cumprida através da minuta contratual juntada aos autos através do documento n.º 1587726, a qual cumpre todas as normas insculpidas na Lei n.º 14.133/2021.

8. Da conclusão

Pelo exposto, esta Assessoria Administrativa opina pela **APROVAÇÃO** da minuta de edital de licitação objeto dos autos (1590921), na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço global, no valor estimado de **R\$ 19.154,24 (dezenove mil cento e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)**, para possibilitar a contratação de empresa especializada em manutenção de equipamentos eletroeletrônicos por demanda, visando atender as

demandas por manutenções corretivas e preventivas dos diversos equipamentos eletroeletrônicos do Tribunal de Justiça do Amazonas., com fundamento no disposto no inc. XLI do art. 6º, inc. I do art. 28 e art. 29 da Lei n.º 14.133/2021.

Ressalte-se que, no momento da celebração do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto à Fazenda Nacional em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Por fim, não se pode perder de vista a necessidade obrigatória de se dar ampla publicidade a todas as contratações feitas pela Administração, por força do *caput* do art. 37 da Constituição e do § 3º do art. 25 da Lei n.º 14.133/2021.

Considerando tratar-se de decisão da competência de autoridade superior, submeta-se o presente feito à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

É o parecer.

Manaus/AM, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Adriana Souza Carpinteiro Péres

Diretora da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA SOUZA CARPINTEIRO PERES, Diretor(a)**, em 29/05/2024, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1605241** e o código CRC **98DA3B5F**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

DECISÃO GABPRES

Trata-se de processo administrativo por meio do qual se objetiva a **contratação de empresa especializada em manutenção de equipamentos eletroeletrônicos por demanda**, visando atender as demandas por manutenções corretivas e preventivas dos diversos equipamentos eletroeletrônicos do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Constam nos autos: Estudo Técnico Preliminar DVPM/FHR (SEI nº 1376693), Termo de Referência SECOP/SEAC (SEI nº 1474329), Mapa de Preços SECOP/DVCOP/SC (SEI nº 1503884) com valor total estimado em **R\$ 19.154,24 (dezenove mil, cento e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)** e ND - Nota de Dotação 2024ND0001226 (SEI nº 1517061).

Parecer da Assessoria Jurídico - Administrativa da Presidência (1605241), na forma do art. 53, parágrafo único, da Lei 14.133/21, pela aprovação da minuta de edital de licitação objeto dos autos.

Ademais, verifica-se que a minuta de edital está em consonância com os requisitos danos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006, do Decreto Estadual n.º 47.133/2023, do Decreto Federal n.º 3.555/2000, da Resolução n.º 64/2023 TJAM.

Ante o exposto, acolho o retromencionado parecer por seus jurídicos e legais fundamentos, pelo que os adoto como minhas próprias razões de decidir, para **autorizar a realização de certame na modalidade "pregão eletrônico"** do tipo "menor preço global, no valor estimado de **R\$ 19.154,24 (dezenove mil cento e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)**, para possibilitar a **contratação, por demanda, de empresa especializada em manutenção de equipamentos eletroeletrônicos, visando atender as demandas do Tribunal de Justiça do Amazonas**, com fundamento no disposto no inc. XLI do art. 6º, inc. I do art. 28 e art. 29 da Lei n.º 14.133/2021.

Outrossim, torna-se indispensável que, no momento da celebração do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto à Fazenda Nacional em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Imprescindível, também, a necessidade de se dar ampla publicidade aos negócios jurídicos celebrados com a Administração Pública, por força do art. 37, caput, da Constituição e do art. 13 da Lei nº 14.133/21.

À COLIC para providências cabíveis.

Cumpra-se com as cautelas de praxe.

Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargadora **Nélia Caminha Jorge**

Presidente do TJ/AM



Documento assinado eletronicamente por **Nélia Caminha Jorge, Desembargadora de Justiça**, em 31/05/2024, às 10:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1606168** e o código CRC **45B7A272**.